
Artigo Científico

Representação do professor: um olhar construtivista

Teacher's representation: a constructive vision

Jamile Gebara e Conceição Aparecida Marin✍

Universidade de Santo Amaro (Unisa), Santo Amaro, São Paulo, SP, Brasil

Resumo

Este trabalho pretende compreender as representações sociais dos professores a respeito de construtivismo bem como as implicações para a prática pedagógica. Entende-se como sendo representações sociais as concepções, ou conhecimentos que o sujeito possui de objetos ou eventos (materiais ou abstratos). Estes conhecimentos ou concepções dirigem ou orientam o comportamento e as ações deste sujeito. © Ciências & Cognição 2005; Vol. 06: 26-32.

Palavras chaves: professor; construtivismo; representação social.

Abstract

This research intends to comprehend the teacher's social representations in relation with the constructivism as well as the implications to the pedagogic practice. It is understood as being social representations the conceptions or knowledge that the subject has of objects or events (materials or abstracts). This knowledge or conceptions lead or guide the behavior and actions of this subject. © Ciências & Cognição 2005; Vol. 06: 26-32.

Key Words: teacher; constructivism; social representation.

Representação social foi um construto teórico cunhado por S. Moscovici em sua obra original “La psycanalise son image et son public” e diz respeito a teorias ou ciências coletivas destinadas a interpretação do real. As representações sociais vão além do que é imediatamente dado na ciência ou na filosofia, da classificação de fatos e eventos. São teorias do senso comum que se elaboram coletivamente nas interações sociais, sujeito-sujeito e sujeito instituição, num determinado tempo, numa cultura e num espaço próximo. Reconhece esta operação como importante,

mas não reduz representação social a este mecanismo. Representar socialmente uma coisa não consiste em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; seria reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto. O autor afirma ainda que toda a representação é de alguém tanto quanto de alguma coisa. acaba e sendo uma forma de conhecimento por meio da qual aquele que conhece se substitui no que é conhecido. A representação não é um reflexo do objeto, mas um produto do confronto da atividade mental de um sujeito e das relações complexas que mantém com o objeto.

✍ – **J. Gebara** é Psicóloga e Pedagoga com especialização em Psicopedagogia (Unisa). *E-mail* para contato: jamilegebara@terra.com.br. **C.A. Marin** é Bacharel em Letras e Pedagoga com especialização com Psicopedagogia (Unisa). *E-mail* para contato: profmari@terra.com.br

Moscovici coloca que qualificar uma representação de social implica em reconhecer que ela é produzida, engendrada e partilhada por um grupo de indivíduos num meio social qualquer. Além disso, uma representação é tida como social pelo fato de contribuir para os processos de formação de condutas e das comunicações sociais. Ela se reveste de uma função específica a de contribuir para os processos formadores de orientação das comunicações e dos comportamentos. Acrescenta ainda que as representações sociais são ao mesmo tempo um produto e um processo de cristalização desse social tendo, entre outras, as funções de elaboração de comportamentos e de comunicação entre os indivíduos. Enquanto produto observa que as representações sociais se revelam em três dimensões: nos sujeitos; e grupos; que permitem apreender o seu conteúdo e sentido manifesto através de atitudes, informações e do próprio campo de representação. Enquanto processo elas dependem dialeticamente dos mecanismos de objetivação e ancoragem.

Os dois processos básicos, da representação social são: a ancoragem e a objetivação. Ancorar é trazer para categorias e imagens conhecidas o que não está ainda classificado e rotulado. É transformar o que é estranho em algo familiar, ou seja, ancorar o desconhecido em representações já existentes. Assim, o novo objeto da representação ganha sentido; o que é novidade passa a ser parte integrante e enraizada no sistema de pensamento ou em outras representações e, por sua vez, passa a fazer parte do sistema de integração entre o indivíduo e o mundo social porque o que é comum ao grupo permite compartilhar comunicação e influenciar a ação. Objetivar é transformar uma abstração em algo quase físico. Objetivação é o processo através do qual se cristaliza uma representação: noções abstratas são transformadas em imagens cujo conteúdo interno após descontextualizar-se forma um núcleo figurativo para, por fim, transformar as imagens em elementos da realidade. Importante também é salientar que para qualificar uma representação como social é

preciso definir o agente que a produz e enfatizar que a representação tem como função contribuir exclusivamente para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais.

Para analisar as representações que um indivíduo tem do mundo onde vive, ou viveu, é necessário captar a visão que tem de seu mundo, sabendo que tal visão dependerá do lugar ocupado pelo indivíduo em relação aos outros. Esta relação não é apenas objetiva, mas também subjetiva, onde um se confronta com o outro e, ao mesmo tempo, com a imagem que elabora do outro. Além da sociedade ser composta por indivíduos, é composta também por fatos sociais de diferentes maneiras, inclusive como fenômenos abstratos de consciência coletiva e sua manifestação. Acrescenta ainda que a representação social é o ponto de intersecção do psicológico e do social. Constitui-se a partir das experiências, dos conhecimentos, informações e modelos de pensamentos transmitidos, cotidianamente, através da tradição, educação e comunicação social. Toda representação define-se por seu conteúdo, o qual tem como elementos conceitos e imagens criadas por alguém a respeito de um objeto, de forma a se relacionar com outras pessoas. A representação social é produto e processo de uma elaboração psicológica e social do real, ou ainda, designa uma forma de pensamento social. Assim, um observador da vida social deve estar atento para perceber as diferentes formas que a representação social assume.

As reflexões a respeito de representação social levam a concluir que o ser humano, objeto e sujeito da história, desenvolve-se através de processo de comunicação, onde concreta que são as representações coletivas. A vida social é essencialmente formada por representações. Estas representações coletivas são de uma natureza muito diferente das representações individuais: deve-se admitir que os estados sociais diferem qualitativamente dos estados individuais e, ainda, são exteriores aos indivíduos. A vida social age sobre o comportamento do indivíduo a partir do

exterior. Estruturas e normas criadas por diferentes indivíduos materializam-se em realidades autônomas que passam a independender daqueles que as criaram.

O ser humano vive um constante paradoxo: ao mesmo tempo que é sobrecarregado por uma avalanche de informações e aparenta estar integrado ao todo social, na realidade, está só e sem tempo de elaborar o acúmulo de diferentes valores morais que recebe, bem como sem possibilidade de perceber a si mesmo e aqueles que o rodeiam. O Estado exerce seu controle através de diferentes comunicações nem sempre claras aos indivíduos e que vão desde obrigações - registro de nascimento, atestado de óbito, declaração do imposto de renda, entre outras até a utilização de propagandas subliminares disfarçadas em campanhas educativas ou notícias. Quanto à religião e a família, elas continuam exercendo controle sobre as consciências, mas, hoje, mediadas pelos meios de comunicação.

É preciso enxergar o ser humano também como sujeito ativo na sociedade, enfatizando-o enquanto ser comunicativo, criador de símbolos e significados. A comunicação é uma necessidade humana básica e o ser humano utiliza-se dela em todas as situações de sua vida para partilhar com os demais suas experiências, constituindo sua identidade. Isolado, o indivíduo desumaniza-se. E lembrando que comunicar-se pode se dar através de formas verbais e não verbais ou através de gesto de comunicação.

Como a representação não é estática, novos elementos vão surgindo e abalando ou não os conceitos ou concepções já arraigados no sujeito. Isto pode ocorrer com os professores.

Teoria das Representações Sociais oferece um instrumental teórico-metodológico de grande utilidade para o estudo sobre o pensamento e as condutas de pessoas e grupos, pois ela permite a compreensão dos sistemas simbólicos que, afetando os grupos sociais e as instituições, também afetam as interações cotidianas na sociedade como um todo e/ou em determinados segmentos dessa sociedade.

O processo de construção das representações se dá no espaço público onde indivíduos pensam em conjunto com outros indivíduos, e que se denomina de sistema de pensamento. É um saber do senso comum, socialmente elaborado e partilhado, com uma visão prática de entendimento do mundo e concorrendo para a construção de uma realidade de um conjunto social. Cada indivíduo é um pensador ativo, pois produz e comunica incessantemente sua própria representação e solução específica para as questões que coloca a si mesmo, portanto, as representações sociais são construídas em qualquer lugar e em qualquer momento. Enfim, fazem parte da vida em sociedade.

Na perspectiva da Psicologia Social, o homem é concebido como um ser social, que se constitui mediante um processo de interação. Através da linguagem, seja verbal ou não, significados são repassados através de um processo de comunicação socializada. Assim, as normas, regras e concepções da sociedade vão sendo internalizadas pelo sujeito que se apropria dos aspectos da realidade via representação social, compreendida como "uma forma de conhecimento elaborado e compartilhado, tendo uma perspectiva prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto e que é formulada pelos sujeitos dos diversos segmentos de uma sociedade. São esses significados compartilhados que possibilitam a construção de perspectivas comuns. Neste estudo, são levados em consideração para a elaboração da representação social do professor, elementos relativos a sua história de vida.

O professor é um indivíduo que constrói na sua vida e na sua formação a sua própria visão de mundo. Ele não pode ser visto como um mero robô que executa e que processa informações. Ele é uma pessoa e, uma parte importante da pessoa é o professor e, como tal, vai construindo, a seu modo, o seu mundo representacional no cotidiano de sua vida e em sua história. Suas crenças, seu mundo representacional, suas visões de mundo, são todas categorias vistas como parte da cultura e da cultura profissional do

professor; são o pano de fundo do contexto em que ele decide diante de situações específicas e definem tanto o seu pensamento quanto sua ação. O professor, irá interpretar a atuação de seus alunos tanto para o sucesso como para o insucesso escolar de acordo com essas construções cognitivas.

O professor como ser em movimento possui valores, estrutura crenças, atitudes e age de modo pessoal, que é a parte de sua identidade. Mas essa identidade é fruto de interações sociais, de expressões sociopsicológicas adquiridas de aprendizagens, e representações, pois existem muitas crenças construídas por ele que, interagem com a sua própria formação e com as ações pedagógicas que ele desenvolvem sala de aula.

A sua vida toda, antes e como professor, foi permeada de fatos que se relacionaram à escola, e estes fatos e experiências foram se constituindo em concepções e representações acerca do trabalho docente. Além disso, muitos dos nossos professores também são pais e têm filhos nas escolas.

Deste modo, tudo o que acontece com ele, suas experiências idiossincráticas se tornam o pano de fundo de seus pensamentos e ações. As suas crenças foram ao longo dessas experiências adquirindo significados; por isso ele muitas vezes faz como faz, acredita que deste modo é melhor, que é bom, porque aprendeu assim e porque pensa assim. Esse dado não pode ser esquecido: estudar as concepções do professor implica vê-la nesse todo enquanto filho, aluno e cidadão.

Mas não é só na vida que ele aprende a construir seu alicerce profissional. A escola onde trabalha também lhe dá uma gama de experiências que influenciarão essas suas construções cognitivas. A escola é um lugar de cultura, há uma cultura escolar e uma cultura da escola, e é lá que o professor fica a maior parte de seu tempo, é lá que ele trabalha, e é lá que constrói boa parte de suas concepções e de seus saberes, alguns bem específicos e se relacionam ao que é construído dentro da escola.

Heller em seus trabalhos enfatiza que “no ‘dever-ser’ revela-se a relação do homem inteiro com os seus deveres, com suas vinculações, sejam essas econômicas, políticas, morais ou de outro tipo”. É comum, entre os professores, a existência de valores como “preciso ser responsável e honrado”, “os alunos devem ser tratados todos iguais” e outras manifestações que se tornam usuais e aceitáveis ao seu papel. Cria-se historicamente um rol de atributos que fazem parte do papel do professor, que são assimilados socialmente, sem muita consciência ou atitude reflexiva sobre os mesmos. Esta assimilação tanto se dá entre os alunos através de expectativas, quanto ao professor, através de respostas a elas. A idéia do dever-ser presente entre os professores e os alunos é socialmente construída, na medida em que é fruto dos valores da sociedade que a produz.

Como a sociedade é dinâmica nas suas relações, observa-se que o dever-ser sofre alterações no decorrer do tempo. Quando o dever-ser converte-se numa manifestação puramente externa, ou o indivíduo tem uma atitude de simples adaptação ao papel que representa ou se insurge contra a idéia proposta e exerce a recusa do papel que lhe está sendo imposto.

Muitos professores estão em conflito com o dever-ser e estão à procura de uma nova relação que implique a redefinição de seu papel. Isto significa dizer que em muitas situações eles exercem atitudes de acordo com a expectativa do dever-ser, mas em outras procuram construir um novo papel, um novo dever-ser, que responde a uma nova idéia de professor.

A necessidade de construir essa nova idéia de professor pode ser mais ou menos consciente. Pode ser fruto intencional da reflexão criteriosa. Mas pode ser, também, apenas a resposta às pressões da sociedade e ao aparecimento de situações não previstas. Vale salientar, porém, que estas últimas podem levar à primeira, isto é, a pressão da realidade pode provocar a reflexão. Sem dúvida, os professores estão fazendo a sua própria história, mas a partir de condições

dadas, concretas do cotidiano.

O professor já nasce inserido em seu cotidiano. A vida diária não está fora da história, mas, ao contrário, está no centro do acontecer histórico. Como todo indivíduo, o professor é simultaneamente um ser particular e um ser genérico. Isto significa dizer que quase toda a sua atividade tem caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares. No seu cotidiano ele trabalha com estas duas forças: as que vêm da generalização da sua função e as que partem dele enquanto individualidade. Nem sempre ambas caminham no mesmo sentido. Muitas vezes é do conflito entre elas que se origina a mudança das atitudes do professor.

É fundamental que seja desvendado o contexto onde o professor vive. A análise da realidade, das forças sociais, da linguagem, das relações entre as pessoas, dos valores institucionais é muito importante para que o professor compreenda a si mesmo como alguém contextualizado, participante da história.

A formação do professor é um processo, que vai acontecendo no interior das condições históricas em que ele mesmo vive. Faz parte de uma realidade concreta determinada, que não é estática e definitiva. É uma realidade que se faz no cotidiano histórico-social. Por isso, é importante que este cotidiano seja desvendado. O retorno permanente da reflexão sobre a sua caminhada como educando e como educador é que pode fazer avançar o seu fazer pedagógico.

Jean Piaget foi um dos primeiros estudiosos a pesquisar cientificamente como o conhecimento era formado na mente de um pesquisador, tomando aqui a palavra pesquisador o seu sentido mais amplo, uma vez que seus estudos iniciaram-se com a apreciação de bebês. Observou como um recém-nascido passava do estado de não reconhecimento de sua individualidade frente o mundo que o cerca indo até a idade de adolescentes, onde já temos o início de operações de raciocínio mais complexas.

Do fruto de suas observações, posteriormente sistematizadas com uma

metodologia de análise, denominada o Método Clínico, Piaget estabeleceu as bases de sua teoria, a qual chamou de Epistemologia Genética. Esta fundamentação está muito bem descrita em um de seus livros mais famosos, O Nascimento da Inteligência na Criança (1978), no qual ele escreve que "as relações entre o sujeito e o seu meio consistem numa interação radical, de modo tal que a consciência não começa pelo conhecimento dos objetos nem pelo da atividade do sujeito, mas por um estado diferenciado; e é desse estado que derivam dois movimentos complementares, um de incorporação das coisas ao sujeito, o outro de acomodação às próprias coisas". Conforme citação do autor em sua obra:

“O organismo apta-se construindo materialmente novas formas para inseri-las nas do universo, ao passo que a inteligência prolonga tal criação construindo, mentalmente, as estruturas suscetíveis de aplicarem-se às do meio.” (Piaget, 1978: 16)

Neste pequeno parágrafo Piaget define três conceitos fundamentais para sua teoria:

- Interação,
- Assimilação,
- Acomodação.

A Epistemologia Genética, conforme mencionado anteriormente, é uma fusão das teorias existentes, pois Piaget não acredita que todo o conhecimento seja, a priori, inerente ao próprio sujeito (apriorismo), nem que o conhecimento provenha totalmente das observações do meio que o cerca (empirismo); de acordo com suas teorias, o conhecimento, em qualquer nível, é gerado através de uma interação radical do sujeito com seu meio, a partir de estruturas previamente existentes no sujeito. Assim sendo, a aquisição de conhecimentos depende tanto de certas estruturas cognitivas inerentes ao próprio sujeito - S como de sua relação com o objeto - O, não priorizando ou prescindindo de nenhuma delas.

A relação entre estas duas partes S - O se dá através de um processo de dupla face, por ele denominado de adaptação, o qual é subdividido em dois momentos: a assimilação e a acomodação. Por assimilação entende-se as ações que o indivíduo irá tomar para poder internalizar o objeto, interpretando-o de forma a poder encaixá-lo nas suas estruturas cognitivas. A acomodação é o momento em que o sujeito altera suas estruturas cognitivas para melhor compreender o objeto que o perturba. Destas sucessivas e permanentes relações entre assimilação e acomodação (não necessariamente nesta ordem) o indivíduo vai "adaptando-se" ao meio externo através de um interminável processo de desenvolvimento cognitivo. Por ser um processo permanente, e estar sempre em desenvolvimento, esta teoria foi denominada de "Construtivismo", dando-se a idéia de que novos níveis de conhecimento estão sendo indefinidamente construídos através das interações entre o sujeito e o meio.

É importante salientar-se o fato de que, apesar de a Epistemologia Genética ser uma teoria que analisa o comportamento psicológico humano, área normalmente afeta à Psicologia, e analisa estes aspectos relacionados ao aprendizado, área normalmente afeta à Pedagogia, Piaget não era psicólogo, nem tampouco pedagogo, porém biólogo. Seu interesse, ao desenvolver sua teoria, era dar uma fundamentação teórica, baseada em uma investigação científica, à forma de como se "constrói" o conhecimento no ser humano. Aí que reside o grande mérito de seus trabalhos, apresentar a primeira explicação científica para a maneira como o homem passa de um ser que não consegue distinguir-se cognitivamente do mundo que o cerca até um outro ser que consegue realizar equações complexas que o permitem viajar a outros planetas.

É óbvio que as teorias de Piaget possuem aplicação em inúmeros campos de pesquisa, inclusive na pedagogia, mas é fundamental entender-se que este não era seu propósito. A Epistemologia Genética e o Construtivismo não são uma nova metodologia pedagógica, podem até ser um

subsídio fundamental para o aperfeiçoamento das técnicas pedagógicas.

O professor deve conceber o conhecimento sob a ótica levantada por Piaget, ou seja, que todo e qualquer desenvolvimento cognitivo só será efetivo se for baseado em uma interação muito forte entre o sujeito e o objeto. É imprescindível que se compreenda que sem uma atitude do objeto que perturbe as estruturas do sujeito, este não tentará acomodar-se à situação, criando uma futura assimilação do objeto, dando origem às sucessivas adaptações do sujeito ao meio, com o constante desenvolvimento de seu cognitivismo.

O ambiente deve permitir, uma interação muito grande do aprendiz com o objeto de estudo. Esta interação deve ir além de suas condições, de forma a estimulá-lo e desafiá-lo, mas ao mesmo tempo permitindo que as novas situações criadas possam ser adaptadas às estruturas cognitivas existentes, propiciando o seu desenvolvimento. A interação deve abranger, não só o universo aluno, mas também o aluno - aluno e aluno - professor.

Outro aspecto primordial nas teorias construtivistas, é a quebra de paradigmas que os conceitos de Piaget trazem, é a troca do repasse da informação para a busca da formação do aluno; é a nova ordem revolucionária que retira o poder e autoridade do mestre transformando-o de todo poderoso detentor do saber para um "educador - educando".

Diversas teorias sobre aprendizagem parecem concordar com a idéia de que a aprendizagem é um processo construção de relações, em que o aprendiz, como ser ativo, na interação com o mundo, é o responsável pela direção e significado do aprendido. O processo de aprendizagem, feitas estas considerações, se dariam em virtude do fazer e do refletir sobre o fazer, sendo fundamental no professor o "saber", o "saber fazer" e o "saber fazer". Um ambiente de aprendizagem que pretenda ter uma conduta de acordo com as descobertas de Piaget precisa lidar corretamente com o fator do erro e da avaliação.

Em uma abordagem construtivista, o erro é uma importante fonte de aprendizagem, o aprendiz deve sempre questionar-se sobre as conseqüências de suas atitudes e a partir de seus erros ou acertos ir construindo seus conceitos, ao invés de servir apenas para verificar o quanto do que foi repassado para o aluno foi realmente assimilado, como é comum nas práticas empiristas. Neste contexto, a forma e a importância da avaliação mudam completamente, em relação às práticas convencionais.

Resumindo, pode-se concluir que o quesito mais importante para a construção de um "ambiente construtivista" é que o professor realmente conscientize-se da importância do "educador-educando", e que todos os processos de aprendizagem passam necessariamente por uma interação muito forte entre o sujeito da aprendizagem e o objeto. Somente a partir desta interação completa é que poderemos dizer que estamos "construindo" novos estágios de conhecimento, tanto no aprendiz como no feitiço.

Na perspectiva de Moscovici, indícios de suas ancoragens, parecem demonstrar que o construtivismo sozinho não funciona, é preciso misturar ou somar métodos e/ou abordagens.

Os professores apresentam uma representação de construtivismo de certa forma fragmentada a respeito da teoria. Os conhecimentos acerca do construtivismo, ainda para alguns educadores é novo gerando medo, apesar de toda a divulgação da teoria nos últimos anos, o modo como os professores vêm dela se apropriando demonstra uma compreensão fragmentada e difusa da teoria e tem sido este entendimento que parece está orientando suas práticas.

É possível afirmar, que o discurso construtivista parece estar apenas ancorado, porém não foi ainda objetivado pelos professores. Conforme a teoria de representação social enfatizada por Moscovici.

Em suma, embora se venham introduzindo uma série de inovações na escola brasileira como expansão do acesso, tecnologias educacionais, novas orientações curriculares, sistema de progressão entre outros; é preciso atentar urgentemente para a formação do professor bem como sua representação.

Referências bibliográficas

- Abric, J.C. (1987). *Coperation, competition et representation sociale*. Cousset: Del Val.
- Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Edições 70. 225 p
- Brasil. (1996). Ministério da Educação e do Desporto. Dep. de Estatísticas Educacionais. *Estatísticas da educação no Brasil*. 20p.
- Ferreiro, E. e Teberosky, A. (1986). *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre. Artes Médicas.
- Ferreiro, E. (1995). *Desenvolvimento da alfabetização: psicogênese*. In: Goodman, Y. M. (org.) Como as crianças constroem a leitura e a escrita perspectivas piagetianas. Porto Alegre. Artes Médicas.
- Heller, A. (1982). *Para Mudar a Vida*. São Paulo. Brasiliense.
- Jodelet, D. (1989). *Representação sociais um domínio em expansão*. In : Jodelet, D. (Ed.) Les représentations sociales. Paris. PUF. (p. 31-61) (texto digitado, tradução livre de grupo de alunos PROGEDI/UFRN).
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 291p.
- Piaget, J. (1978) *O Nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Santos, M.F. (1996). *Questões metodológicas em representações sociais*. texto digitado. (22p)
- Soares, M. (1989). *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília. REDUC. INEP.